

TERRITORIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE E O BLOQUEIO DA REFORMA AGRÁRIA

Mieceslau Kudlavicz¹

Resumo

O presente artigo analisa as transformações ocorridas no Território Rural do Bolsão, no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente a partir do estabelecimento das indústrias de celulose e papel, no município de Três Lagoas. Esta é uma região com grau elevado de absentéismo (NARDOQUE, 2016), estrutura fundiária concentrada, inexistência de movimentos sociais organizados e a ausência de limites do tamanho de área para o monocultivo de eucaliptos, estimulando a valorização do preço das terras, criando bloqueios para a reforma agrária (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014b), além da ausência do Estado nos projetos de assentamentos, o que “tem permitido a **privatização da reforma agrária**” (grifo do autor) (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014a).

Palavras-chave: camponeses, monocultivos, resistência.

Introdução

As reflexões do presente artigo são fruto do trabalho de campo e de discussões realizadas no Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), vinculado ao Curso de Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com destaque para as atividades desenvolvidas pela equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão (NEDET), resultante de participação em Edital CNPq/MDA, bem como reflexões decorrentes da atuação do autor como agente da Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso do Sul (CPT/MS), durante mais de trinta (30) anos.

O Território Rural do Bolsão foi criado em 2013 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com área de 45.929,9 Km², composto por oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul (NARDOQUE; ALMEIDA, 2015). Situado na região Leste do estado de Mato Grosso do Sul (Mapa 1), possui estrutura fundiária altamente concentrada, de modo especial, em função da sua origem histórica de ocupação e uso, como muito bem descrito por Lucidio (1993) em sua dissertação de mestrado:

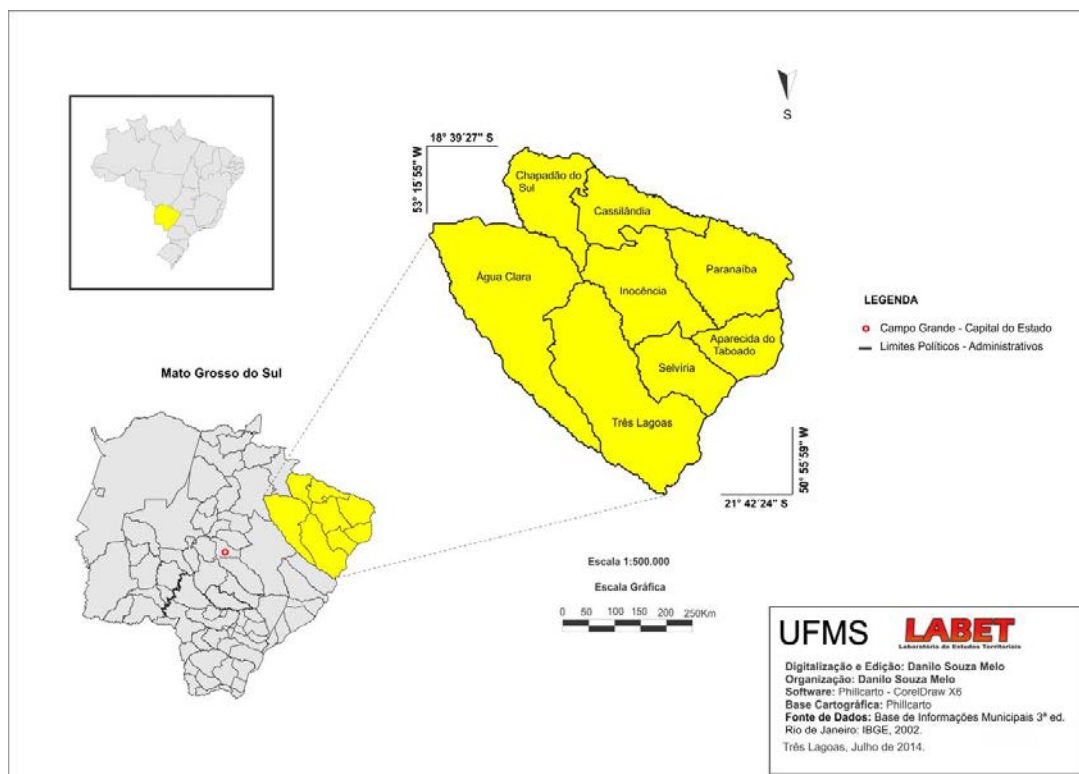
Os Garcia Leal, Souza, Lopes, Barbosa e Pereira formaram os primeiros grandes clãs dos que se instalaram na região planaltina do sul mato-grossense.

1829, afazendados no pontal dos rios Grande e Paranaíba – região do Triângulo Mineiro –, os chefes pastoris dos Souza e Garcia, juntamente com

¹ Agente da CPT/MS, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS/Três Lagoas. Email: mie3l@uol.com.br

Joaquim Francisco Lopes, comandaram uma grande entrada em terras do Mato Grosso [...].

Geograficamente, em relação ao sul da Província, a família Garcia Leal instalou-se: a leste, na área compreendida pelas águas do rio Aporé ou do Peixe; ao norte, em demanda das cabeceiras do mesmo Aporé e em direção ao Taquari; a sudeste, sul e sudoeste, os rios Paranaíba, Paraná e Sucuriú, respectivamente. Acompanhado pelos irmãos Januário, Pedro e Joaquim e do sogro José C. de Souza fundaram posses, a partir de 1830, na faixa de terras acima delimitada. Todos vieram acompanhados das famílias, escravaria, gado, agregados, vaqueiros, camaradas, etc. (LUCIDIO, 1993, p.58-59).



Mapa 1 – Território Rural do Bolsão – MS

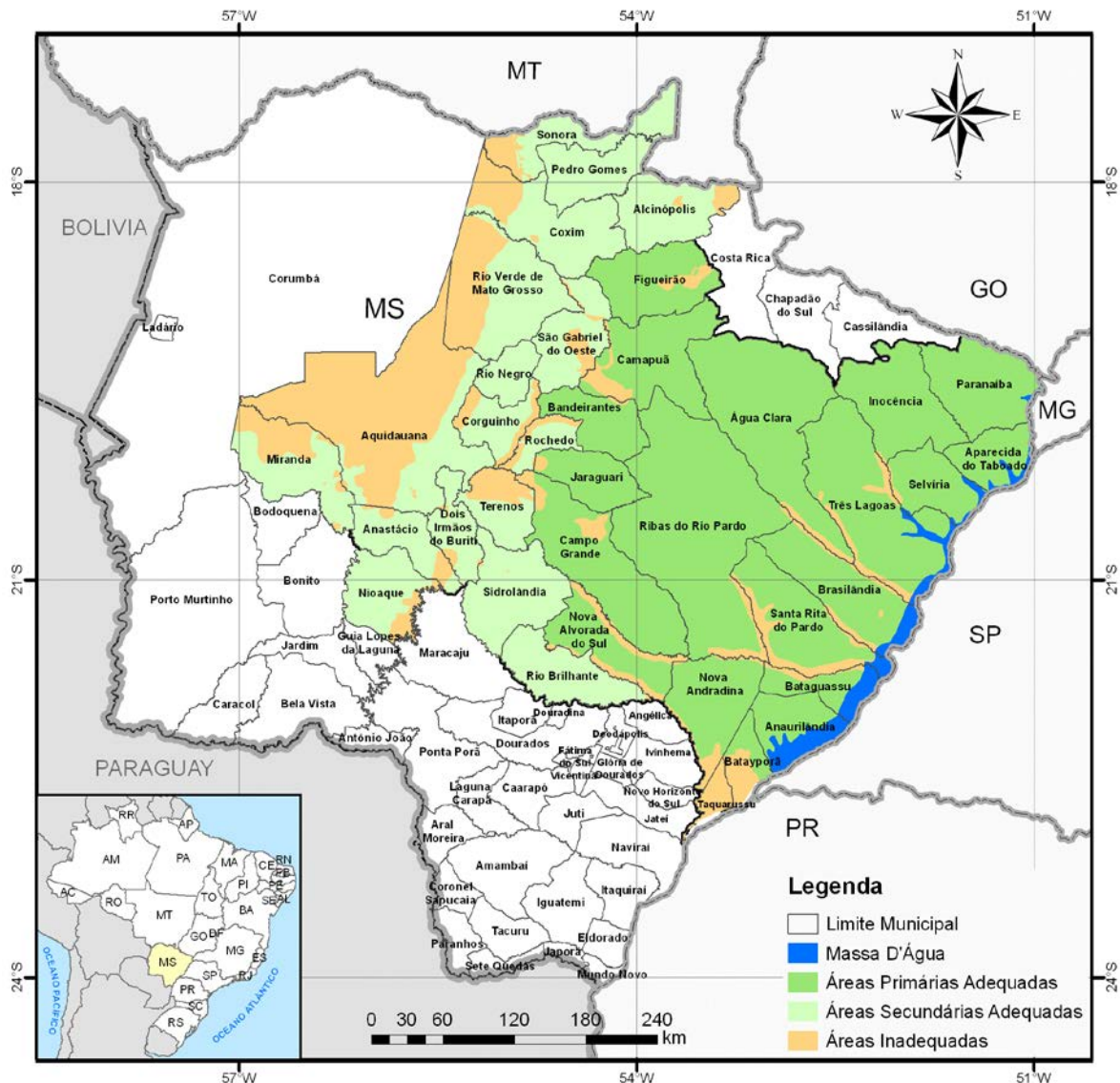
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, S/D.

No entanto, anterior à chegada dos fazendeiros mineiros, os índios Cayapó ocupavam estas terras (BORGES, 2011), o que pode ser confirmado pela presença de muitos de seus descendentes residindo atualmente no município de Paranaíba.

No Território do Bolsão, até o início do século XXI, desenvolveu-se, como atividade principal, a pecuária extensiva, porém, nas décadas de 1970 e 1980, a agricultura familiar camponesa contribuiu de forma significativa para a economia da região. Mas, também, foi a partir da década de 1960, que o processo forte de modernização da agricultura brasileira trouxe consequências desastrosas para a agricultura familiar camponesa, resultante da política de incentivos creditícios para uma agricultura exclusivamente voltada para o mercado, também no campo nos municípios que compõem o Bolsão. Essa política refletiu na expulsão

de centenas de famílias camponesas do campo. E essa realidade se aprofundou de forma muito agressiva no início do século XXI, com o estabelecimento das indústrias de celulose e papel (KUDLAVICZ, 2011) em Três Lagoas, que para funcionarem, necessitam da madeira de eucalipto, matéria prima para produção da celulose. Em vista disso, expandiram-se os plantios de eucalipto, via arrendamentos e compras de terra, uma vez que não existe nenhuma lei que limite o tamanho da área a ser cultivada. Como decorrência desse processo, reduziram-se as áreas da pecuária e da agricultura, dando lugar aos plantios de eucalipto.

O avanço dos plantios de eucalipto se deve muito a uma política estadual, que, em seu Plano Estadual de Florestas (2009), aponta que na região Leste de MS existem 9 milhões de hectares de terras degradadas e que o cultivo de eucalipto tem a capacidade de recuperá-las. No entanto, não foi a mesma compreensão que teve o representante do INCRA, quando, em 2001, participou do Seminário sobre Reforma Agrária, organizado pela CPT/MS. Na oportunidade, o representante do INCRA apresentou dados sobre a situação fundiária do Bolsão, na qual constavam 1.132.548 hectares de terras consideradas improdutivas. Segundo Oliveira (2008), os dados do Incra de 2003 registravam “5 milhões de hectares de terras devolutas e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo” em Mato Grosso do Sul. Ainda segundo os dados de Oliveira (2008), dos 8,5 milhões de hectares improdutivos, 418.179 hectares se encontravam justamente nos municípios de Três Lagoas, Selvíria e Inocência, onde ocorreu a maior expansão dos plantios de eucalipto, na última década. Coincidência ou não, o Plano Estadual de Florestas prevê sua implantação na região Leste do MS (Mapa 2), que anteriormente a este plano, havia certo consenso de que esta região tinha “vocaçãõ” para a atividade pecuária, por serem as terras consideradas de baixa fertilidade e, portanto, inadequadas para atividade agrícola. Com o Plano Estadual de Florestas aprovado, divulga-se uma nova ideia (ideologia) de que essas terras tem “vocaçãõ Florestal”. Essa concepção tem a ver com o conceito de Terras de Vocaçãõ Florestal (TVF), elaborada com o apoio do BID (Banco InterAmericano de Desenvolvimento), com o fim de conservação do solo e água, e uso sustentável da terra.



Mapa 2: Localização da Região para a Implantação do PEF/M
 Fonte: SEPROTUR 2009

Para Oliveira (2004), esse processo da territorialização do capital monopolista,

[...] varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviço, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/prorietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num mar de cana, de soja, de laranja, de pastagens etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

No entanto, no Bolsão, há uma disputa por frações desse território pelos camponeses sem terra, pressionando o INCRA pela criação de projetos de assentamentos, de modo particular nos municípios de Três Lagoas e de Selvíria – “coração” das indústrias de celulose. Além disso, existem agricultores familiares tradicionais que adquiriram lotes de terra, via compra ou herança, há mais de 50 anos, como é o caso dos camponeses estabelecidos no entorno dos distritos de Arapuá e de Garcias, no município de Três Lagoas; Vila São Pedro no município de Inocência; Almirante Tamandaré e Vila Raimundo, no município Paranaíba e outros mais.

A estrutura fundiária no MS: concentração e violência.

O histórico do latifúndio no MS tem relação com três processos de ocupação e posse das terras deste espaço, importantes, mas não únicos: arrendamento e venda de terras devolutas pelo estado a grandes fazendeiros e empresas capitalistas (FABRINI, 2008), a colonização (federal e privada) e a grilagem de terras. O primeiro processo de ocupação ocorreu logo após a guerra contra o Paraguai. Para garantir a posse do território anexado ao território brasileiro, o Governo Federal, por meio do Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, autorizou a Thomaz Laranjeira o arrendamento das terras para a exploração da erva mate nativa. Assim, as terras devolutas, em grande parte tomadas do Paraguai e pertencentes ao Governo Imperial, foram arrendadas a ele (FABRINI, 2008). A área arrendada pelo Estado totalizava quatro e meio milhões de hectares, tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular. Boa parte destas terras foi, posteriormente, apropriada privadamente pela Companhia Mate Laranjeira. Detém, atualmente, segundo dados do Incra, três (3) propriedades, totalizando 13.907 hectares. Dessa forma pode-se deduzir que os arrendamentos e a colonização privada são, em grande parte, as estimuladoras das grilagens de terra no estado e geradoras de conflitos no campo.

O segundo processo de ocupação foi realizado por meio da colonização federal e também pela iniciativa privada para implantar as pequenas propriedades onde imperava o latifúndio. A implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), na região sul de Mato Grosso, pelo governo Vargas, e o seu programa de colonização dirigida, visava ocupar os espaços vazios do interior do Brasil com a campanha conhecida como a “Marcha para o Oeste”, nos anos 1940. Ao mesmo tempo, foram entregues grandes áreas de terra para

a iniciativa privada para realização de loteamentos de pequenas propriedades rurais. Um exemplo foi a SOMECO, que distribuiu parte das terras e ficou com a maior parte para si, tornando-se o maior latifúndio no vale do Ivinhema. Posteriormente, parte dela, foi ocupada pelos sem terra em 1984. Outro exemplo de colonização privada encontra-se no município de Brasilândia, na parte do MS conhecida como Bolsão. Arthur Hoffig, tomando conhecimento de um leilão de vendas de terras da União no ano de 1950, comprou do Governo Federal uma gleba de terras localizadas no Mato Grosso, com área de 700.000 hectares, nas margens do rio Paraná, divisa com Estado de São Paulo. Parcelou parte dela em pequenos lotes de terra, vendendo a produtores que desejavam fixar residência no Estado, e se apropriando da maior parte. Com isso, a família Hoffig, atualmente, é a maior proprietária de terras no município de Brasilândia, com mais de 80.000 hectares de terra, segundo dados do Incra.

São esses processos de ocupação do Estado de Mato Grosso do Sul, estimulada pela ação do próprio Estado que vão caracterizá-lo como um estado latifundiário (NARDOQUE, 2016), com uma das maiores concentrações de terra do Brasil.

Os dados dos censos agropecuários de 1985 e de 2006 demonstram que, apesar de pequenas alterações ocorridas na dinâmica agrária deste período, elas ocorrem no interior das classes de área, sem, entretanto, produzir maiores modificações na estrutura fundiária do Território do Bolsão, do ponto de vista da desconcentração de terras, mas pelo contrário. É na classe de área de menos 10 hectares que ocorre uma drástica redução no número de estabelecimentos de 1985 a 2006, conforme se pode verificar nas tabelas 1 e 2. Houve, segundo os registros de dados do IBGE, uma redução de 1.063 estabelecimentos em 1985 para 442 em 2006. Verifica-se que durante as duas décadas dos Censos agropecuários do IBGE, de 1985 a 2006, a estrutura fundiária se mantém concentrada, conforme ilustram as tabelas 1, 2, 3 e 4.

Tabela 1 – Território Rural do Bolsão (MS): número de estabelecimentos por classe de área total - 1985

Municípios	Menos de 10	10 a menos 100	100 a menos 1000	Acima de 1000	total
Água Clara	8	26	180	185	400
Aparecida do Taboado	142	259	385	48	834
Cassilândia	95	246	424	92	857
Chapadão	-----	-----	-----	-----	
Inocência	39	143	425	225	752
Paranaíba	490	789	1.002	178	2.460
Selvéria	39	53	163	77	350
Três Lagoas	250	267	511	222	1.219
Total	1.063	1.783	3.090	1.027	6.872

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1985.

Tabela 2 – Território Rural do Bolsão (MS): número de estabelecimentos agropecuários por classe de área total - 2006

Municípios	Menos de 10	10 a menos 100	100 a menos 1000	Acima de 1000	total
Água Clara	10	20	249	245	529
Aparecida do Taboado	54	214	349	48	674
Cassilândia	41	193	248	94	587
Chapadão	96	141	440	92	474
Inocência	21	158	379	151	732
Paranaíba	104	626		86	1.509
Selvíria	30	80	477	68	366
Três Lagoas	86	287	344	213	1.121
Total	442	1.719	2.723	997	5.992

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 2006

Tabela 3 – Território Rural do Bolsão (MS): área dos estabelecimentos por classes de área total - 1985

Municípios	Menos de 10	10 a menos 100	100 a menos 1000	Acima de 1000	total
Água Clara	52	1.101	84.925	904.559	990.644
Aparecida do Taboado	644	11.999	133.085	86.116	231.855
Cassilândia	387	12.159	146.057	268.695	427.305
Chapadão	-----	-----	-----	-----	-----
Inocência	222	7.815	169.496	332.033	509.604
Paranaíba	2.457	38.286	346.447	500.493	887.690
Selvíria	122	2.562	72.773	212.360	288.082
Três Lagoas	639	10.142	210.081	640.511	861.381
Total	4.523	84.064	1.162.864	2.944.767	4.196.561

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1985.

Tabela 4 – Território Rural do Bolsão (MS): Área dos estabelecimentos agropecuários por classe de área total -2006

Municípios	Menos de 10	10 a menos 100	100 a menos 1000	Acima de 1000	Total
Água Clara	28	1.089	132.676	799.002	932.811
Aparecida do Taboado	247	10.753	113.803	105.449	230.254
Cassilândia	126	9.864	97.152	211.304	318.448
Chapadão	457	6.294	61.684	304.313	372.761
Inocência	112	6.350	158.524	329.989	494.977
Paranaíba	509	28.170	251.298	170.836	450.815
Selvíria	134	3.209	88.754	156.797	248.894
Três Lagoas	368	11.143	225.938	707.561	945.009
Total	1.981	76.872	1.129.829	2.785.251	3.993.969

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

A Comissão Pastoral da Terra tem realizado anualmente o registro de conflitos no campo, em âmbito nacional, que são originados por esse modelo agroexportador, atualmente chamado de agronegócio, e o Mato Grosso do Sul é um dos estados brasileiros que tem se destacado pelo número elevado de conflitos envolvendo milhares de famílias anualmente. Tomando-se como referência os últimos 10 anos, observa-se que o número anual de conflitos

e de pessoas envolvidas não diminui, mas o contrário. Aumentou o número de conflitos e o número de pessoas envolvidas, conforme pode ser verificado no quadro 5. É necessário ressaltar que, a partir do ano de 2012, mais de 80% do número de conflitos por terra se refere à luta dos povos indígenas pela retomada das terras, entre o sul e o oeste de Mato Grosso do Sul.

Quadro 5: conflitos agrários no Estado de Mato Grosso do Sul

Ano	Tipo de conflito no MS			
	Por terra*	Trabalho escravo	Total geral de conflitos	Pessoas envolvidas
2006	47	3	54	78.939
2007	20	13***	36	18.359
2008	16	14	31	5.426
2009	24	2	24	7.490
2010	18	2	21	11.102
2011	32	4	36	11.858
2012	58	6	64	16.714
2013	92**	11***	103	22.036
2014	55	2	57	10.846
2015	57	1	58	27.404
2016	56	4	60	16.652

Fonte: CPT, Livro de conflitos no Campo.

*ocupações, despejos, acampamentos.

**Dos 92 conflitos por terra 91 são indígenas.

***2007 - 1.634 pessoas libertas

***2013 - 101 pessoas libertas

Quanto ao histórico do processo de ocupação do Território do Bolsão foi um pouco diferenciado. Não se deu prioritariamente nem pelo processo de colonização e nem via arrendamentos de terra pelo Estado. Mas, principalmente, pela migração das famílias de fazendeiros mineiros (primeiramente vieram as famílias Garcia e Leal), expandindo a atividade pecuária. Apropriaram-se de grandes extensões de terra ainda no século XIX, seja via requerimentos junto ao estado, seja pelas grilagens, expulsando indígenas e posseiros que aí residiam.

A produção agropecuária sempre esteve assentada na pecuária leiteira e de corte, sendo que a partir do estabelecimento das indústrias de papel e celulose houve mudança no uso e ocupação dos solos do Território do Bolsão, voltada para o monocultivo do eucalipto, para produção de madeira, matéria prima para a celulose e papel. Porém, a lógica produtiva mantém-se a mesma, ou seja, a de privilegiar a exploração em grandes extensões de terra, seja como atividade pecuária ou silvícola, agravando assim, a concentração fundiária.

Esse modelo de uso e ocupação das terras no Bolsão tem contribuído para a expulsão de milhares de camponeses, travando o processo de reforma agrária e gerando uma agricultura sem agricultores.

O bloqueio da reforma agrária no Território Rural do Bolsão

No Território Rural do Bolsão, a reforma agrária e as lutas pela terra foram relegadas. Primeiramente, pelo tipo de apropriação capitalista privada das terras desta região, como descrito anteriormente e, posteriormente, porque o MST elegeu o sul de Mato Grosso do Sul para fazer as lutas pela terra, porque lá se encontram as terras mais férteis, mais apropriadas para a agricultura. Enquanto que no Território Rural do Bolsão foi construído certo consenso pelas elites agrárias e pelo poder político local de que as terras desta região eram inadequadas para a agricultura, devido à baixa fertilidade dos solos. Construiu-se a ideia de que elas eram adequadas para a pecuária e para a silvicultura. É evidente que essas ideias serviam aos interesses da oligarquia local, porque evitaria ou inibiria que movimentos sociais se organizassem para fazer a luta de ocupação das terras improdutivas. Foi, a partir do estabelecimento das indústrias de celulose/papel e dos monocultivos de eucalipto, se fortalecendo mais a ideia da vocação silvícola ou “vocação florestal”. Apesar de ser do conhecimento do próprio Incra, de que grande parte das terras do Território estava improdutiva, como afirmado pelo representante do Incra em sua fala durante um seminário sobre reforma agrária, realizado pela Comissão Pastoral da Terra, em Três Lagoas, no ano de 2002, de que havia 1.132.548 hectares de terras consideradas improdutivas. Bem como revelado por Oliveira, no livro “A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul. Uma visão Multidisciplinar” (2008), que, também tem sempre afirmado que a atividade da pecuária extensiva mascara a produtividade das terras e evita que sejam destinadas para desapropriação com fins de reforma agrária.

Segundo os dados do IBGE de 1985, os estabelecimentos da tipologia ocupantes, somavam 376 e detinham área de 100.739 hectares. No Censo Agropecuário de 2006, em relação à tipologia ocupantes, verifica-se o registro de tão somente 34 estabelecimentos de ocupantes, totalizando área de 1.882 hectares. Ao mesmo tempo é possível identificar uma redução de 202.592 hectares da área total ocupada com estabelecimentos agropecuários de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, quando comparado com os dados do Censo Agropecuário de 1985. Neste sentido uma possível explicação estaria relacionada ao

fato de que os informantes do IBGE informavam áreas de terra que na realidade não a ocupavam ou, as terras, de fato, não existiam, o que corrobora as afirmações de Oliveira (2008) de que os municípios de Cassilândia, Inocência, Paranaíba e Três Lagoas possuíam 136.800 hectares a mais declarada ao INCRA do que aquela existente nos municípios. O que nos permite deduzir que estes informantes não as declararam novamente no Censo Agropecuário de 2006. Outro dado importante a se registrar é que as terras registradas na tipologia de ocupantes em 1985 podem ter sido legalizadas anteriormente ao Censo Agropecuário de 2006.

O estabelecimento das indústrias de celulose e papel, Fibria (2007) e Eldorado Brasil (2010), no município de Três Lagoas, tem estimulado dois novos processos que alteram significativamente a dinâmica de ocupação e o uso das terras no Território. Um deles é a rapidez da expansão dos plantios de eucalipto, principalmente nas áreas de pastagens, consideradas degradadas e/ou improdutivas, agravando a concentração fundiária. Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF 2007), existiam 113.432 hectares de terras cultivadas com eucalipto no estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2005. Atualmente, segundo dados estimativos registrados pelo Sistema PAM do IBGE, em 2015, 921.404 hectares de terras no MS estavam ocupados com plantios de eucalipto, sendo que 477.375 hectares desses plantios se concentravam nos municípios do Território Rural do Bolsão. Vale ressaltar que, coincidência ou não, esses plantios se localizam exatamente nos municípios de Três Lagoas, Selvíria e Inocência, que possuíam 418.179 hectares de terras consideradas improdutivas, denunciada por Oliveira (2008).

Um segundo processo gerado pela presença das indústrias de celulose e papel, refere-se à majoração dos preços da terra.

A compra de terras e arrendamentos, realizados tanto pela FIBRIA quanto pela Eldorado Brasil, além de desempregar centenas de camponeses (muitos eram ex-moradores das fazendas arrendadas), vem aumentando a concentração fundiária na região leste e aquecendo o mercado de terras, o que resulta em majoração dos preços.

[...] Neste sentido, entendemos que há um ocultamento daquele que é um dos maiores bloqueios à realização da Reforma Agrária na região leste (especialmente na microrregião de Três Lagoas), qual seja a alta do preço das terras e a concentração fundiária, resultados da expansão do monocultivo de eucalipto. (KUDLAVICZ E ALMEIDA, 2014b).

Em 2007 o Incra pagou R\$3.094.92 o hectare pelas terras da Fazenda São Joaquim, município de Selvíria, desapropriada para fins de Reforma Agrária. Atualmente os preços na

região do Território do Bolsão, variam, dependendo muito da distância das terras em relação à localização das indústrias de celulose e das benfeitorias na propriedade. Segundo a reportagem do Correio do Estado de 16 de agosto de 2016,

Após a valorização de 166% no preço das terras em decorrência da instalação das unidades da Fibria e Celulose, o valor de áreas em Três Lagoas está estabilizado. O presidente do Sindicato Rural de Três Lagoas, Marco Garcia cita como exemplo o Valor da Terra Nua (VTN), base para pagamento de impostos. Em uma década, o VTN saltou de R\$ 1,2 mil e R\$ 1,5 mil o hectare para R\$ 4 mil, aproximadamente. Atualmente, o valor do alqueire para a venda pode variar de R\$ 15 mil a R\$ 30 mil (R\$ 6 mil a R\$ 12 mil, em hectares) dependendo da localização e das benfeitorias na propriedade. (Jornal Correio do Estado²).

Há um fator, além de outros citados, favorecendo a expansão dos cultivos de eucalipto na velocidade que tem se verificado no Território e se deve ao alto índice de absenteísmo. São proprietários de terra que não residem sequer no município em que está situada a propriedade ou em Mato Grosso do Sul, demonstrando a pouca relação do proprietário com a terra. Segundo dados do Incra de 2010, o maior percentual de proprietários que moram na sede do município se encontra em Paranaíba, ou seja 52,13%. E o menor percentual fica com Água Clara, com 5,45%. Além de um percentual acentuado dos proprietários que residem em outras unidades da Federação, como é o caso de Três Lagoas, com 67,75% dos proprietários residindo fora do MS. Isto demonstra como, para eles, a terra é vista como reserva de valor e de especulação, fazendo uso da terra na atividade econômica que gerar maior renda. No momento, está sendo o cultivo de eucalipto via arrendamento ou mesmo a venda quando o preço for favorável.

Segundo Nardoque (2016)

Notadamente, as articulações superestruturais destes agentes do capital tem rebatimento nas relações campo-cidade, pois, para o controle territorial das terras no campo, agem nas cidades escamoteando os conflitos e as divergências e tentando invisibilizar outros sujeitos presentes neste espaço, como os camponeses, os indígenas e os quilombolas e, ao mesmo tempo, difundindo as ideias do progresso, do novo, do moderno, como caminho único para o desenvolvimento. Desta maneira, a propriedade, a posse e o uso da terra constituem-se no trinômio das disputas que engendram a questão agrária em mato grosso do sul. (NARDOQUE, 2016, p. 267).

² - Fonte: <http://www.correiodoestado.com.br/cidades/tres-lagoas/depois-de-subir-166-precos-de-terras-mantem-estabilidade/284620/> . Acessado em: 28 ago. de 2017.

São fatores que criaram e criam obstáculos para a luta dos sem terra, mas nunca impediram que os mesmos pressionassem o Estado, ocupando, acampando e disputando frações do território capitalista.

É o caso dos trabalhadores da fazenda Jatobá, no município de Três Lagoas, que reivindicavam uma parte da área de terra da fazenda, como pode ser verificado no Requerimento dos Acampados na Figura 1, enviada ao Diretor do TERRASUL. Despejados em outubro de 1984, acamparam durante, aproximadamente, dois anos às margens da rodovia BR 262 em frente à fazenda reivindicada. “Eram trabalhadores na colheita de sementes de capim braquiária (braquiaristas) da referida fazenda. São despejados porque o fazendeiro suspeitava que estivessem intencionados em se apossar da área” (KUDLAVICZ, JESUS E MIRANDA,1994).

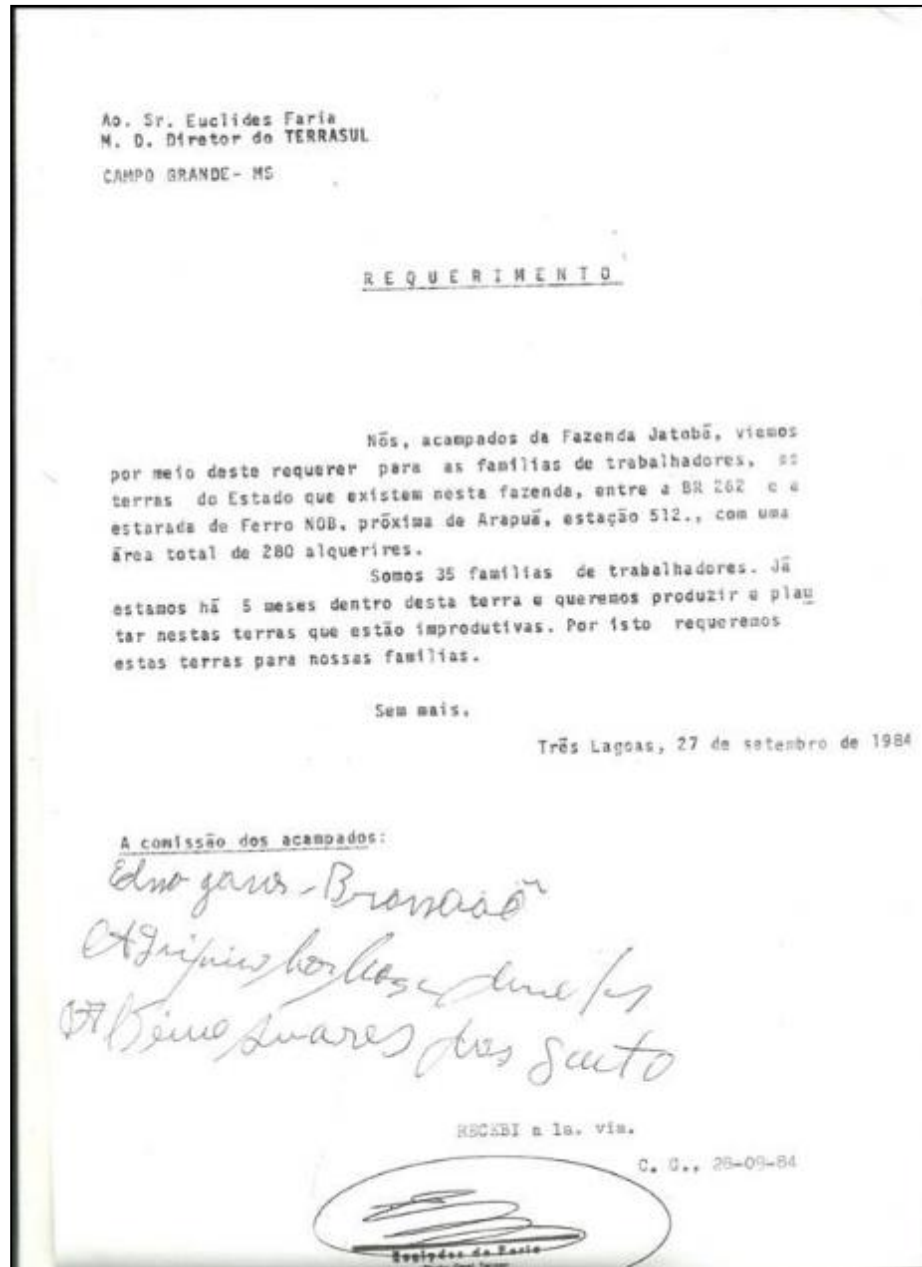


Figura 1: Requerimento dos Acampados da fazenda Jatobá enviado ao Diretor do TERRASUL - 1984
 Fonte: Arquivos do autor.

Na década de 1980, a Comissão Pastoral da Terra desenvolveu um intensivo trabalho de organização do sem terra nesse Território, culminando com um acampamento de aproximadamente 250 famílias que acampam às margens da BR 158, em frente à fazenda Água Limpa, de aproximadamente 40 mil hectares de terra, pressionando o Incra pela sua desapropriação. Em poucos dias, foram despejados com forte aparato policial e uma parte das famílias (127 famílias) se organizou e acampou na cidade de Três Lagoas. Porém, não conseguiram a desapropriação da referida fazenda e um ano mais tarde foram transferidas

para a Gleba Santo Inácio, em Dois Irmão do Buriti (KUDLAVICZ, JESUS E MIRANDA, 1994).

Ainda no final da década de 1980, um grupo de sem terra, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas ocupou a fazenda Morro Vermelho, no município de Selvíria, mas foram despejados e retornaram e acamparam na cidade de Três Lagoas.

Apesar das várias tentativas dos sem terra desta região pressionarem pela desapropriação de fazendas, sofrendo seguidas derrotas, somente no ano de 1998 obtiveram a primeira vitória, no município de Paranaíba com a criação do projeto de Assentamento Serra, beneficiando 116 famílias. Porém, somente nos primeiros anos do século XXI que conquistaram as principais vitórias na luta pela terra. Organizados via Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com apoio da Comissão Pastoral da Terra, conquistaram o maior número de projetos de assentamentos: um (1) PA no Chapadão do Sul, dois (2) em Três Lagoas e três (3) em Selvíria, totalizando aproximadamente 600 famílias beneficiadas.

Mais recentemente, um grupo de 60 famílias ocupou parte da área de terras de uma usina de álcool desativada, no município de Paranaíba, onde permanecem na área até a presente data, aguardando uma solução.

Considerações finais

Apesar de o trabalho ter como objetivo principal evidenciar os obstáculos e entraves criados para bloquear os processos de luta dos camponeses pela terra, buscou-se, também, dar visibilidade às lutas que foram travadas historicamente pelos sem terra nesta mesma região, disputando frações desse território capitalista, pressionando o INCRA pela criação de projetos de assentamentos, de modo particular nos municípios de Três Lagoas e Selvíria – “coração” das indústrias de celulose.

Entendendo como Oliveira que “o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro é contraditório e combinado” (OLIVEIRA, p.73, 2005), afirmamos que, ao mesmo tempo em que se desenvolvem relações capitalistas no campo, com o aumento do assalariamento de trabalhadores (bóias frias), também se reproduzem relações camponesas de produção (não capitalistas). São contradições que se aprofundam na medida em que o processo do capitalismo monopolista avança no campo territorializando-se, agravando assim a disputa pelo território entre o agronegócio e a agricultura camponesa. (KUDALVICZ, 2010, p 01).

Enfim, como afirmado anteriormente, além dos projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, existem agricultores familiares tradicionais que adquiriram lotes de terra, via compra ou herança, há mais de 50 anos, como é o caso dos camponeses estabelecidos no entorno dos distritos no município de Três Lagoas, no município de Inocência, no município Paranaíba e outros mais. Mas, apesar da estrutura fundiária do Território Rural do Bolsão ser uma das mais concentradas no MS, mesmo assim os camponeses, “teimosamente resistem e insistem em se reproduzir socialmente em meio a toda sorte de adversidades” (KUDLAVICZ, 2011, p.75).

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 195-310 - 1986 (Coleção Histórica. Coletânea).

BORGES, Maria Celma. **Escravos e roceiros em Sant’ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séc.XIX)**, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas**. Relatório final, Campo Grande, março de 2009.

FABRINI, João E. **A posse e concentração de terra no Sul de Mato Grosso do Sul**, in. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

KUDLAVICZ, Mieceslau, JESUS, Sebastina Almiro de, REGINA, Jesus Eurico Miranda. **A luta dos trabalhadores rurais em Mato Grosso do Sul (1978-1992). Participação da Comissão Pastoral da Terra**. Campo Grande, 1994 (mimeo).

KUDLAVICZ, Mieceslau. **A eucaliptização da Microrregião de Três Lagoas**, Anais do Encontro Sulmatogrossense de Geógrafos, 23 a 27 de novembro de 2010 em Três Lagoas, MS, 2010.

KUDLAVICZ, Mieceslau, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária *práxis* do bem comum. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, fevereiro de 2014a, número 60. p. 01-06. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A reforma agrária cercada. **Anais: 5º Seminário de Agroecologia de Mato Grosso do Sul**. Dourados (MS), nov. 2014b.

LUCIDIO, João Antonio Botelho. **Nos confins do império um deserto de homens povoado por bois.** (A ocupação do planalto sul Mato Grosso 1830-1870). Dissertação (Mestrado Em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: **Anais**. XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Aracaju, nov. 2016.

NARDOQUE, Sedeval; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n.85, p. 2-8, jan.2015.

NARDOQUE. Sedeval. A relação campo-cidade: Abordagem sob o prisma da questão agrária; in. SPOSITO, Eliseu Savério, SILVA, Charlei Aparecido da, NETO, João Lima Sant'Anna, MELAZZO, Everaldo Santos, ORGs. **A Diversidade da Geografia brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p. 255-286.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Org.). **A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: Editora da UFMS, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de mato grosso - a colônia agrícola nacional de dourados**, Disponível em:

<<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v2n1/artigo%208%20o%20processo%20civilizador.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.